



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1ª Reunião Ordinária do Comitê do Programa Arpa 2015

22 de janeiro de 2015

1. No dia 22 de janeiro de 2015, foi realizada a 1ª reunião ordinária de 2015 do **Comitê do Programa Arpa** (CP). A reunião teve por objetivo apresentar e discutir os seguintes temas:

- Critérios para adesão de novas UCs ao Arpa – Fase III;
- Apoio às atividades necessárias à criação de novas UCs – Componente 1;
- Status da iniciativa-piloto para Contratos Regionais;
- Correção dos valores das diárias de campo;
- Atualização da composição dos membros do Painel Científico de Aconselhamento (PCA).

2. Os presentes à reunião foram: Francisco Gaetani (SECEX MMA), Roberto Cavalcanti (SBF MMA), Sergio Carvalho (DAP MMA), Francisco Oliveira (DPCD MMA), Miguel Scarcello (SOS Amazônia), Fabiano Silva (FVA), Antonio Sena, Lilian Hangae (ICMBio), Marialva Araújo (FEMARH RR), Patrícia Castilho (SEMA MT), Raquel Acosta (Comissão de Gestores), Fábio Leite, Nathália Dreyer, Ilana Boetger (Funbio), Thiago Gil, Daline Pereira, Renata Gatti, Marco Bueno (UCP Arpa), Fábria Galvão (consultora de comunicação).

3. A lista de presença está anexa a esta ata (**Anexo 1**).

4. O Sr. Roberto Cavalcanti abriu a reunião agradecendo a presença de todos e destacando a importância do CP como órgão de decisão máxima do Programa Arpa e dos seus demais órgãos colegiados.

5. O Sr. Fabio Leite sugeriu ampliar a pauta sobre contratos regionais de forma a incluir o acompanhamento das aquisições e contratações feitas pelo Funbio que estão atrasadas.

6. O Sr. Antonio Sena sugeriu incluir na pauta a discussão sobre (i) o repasse dos equipamentos dos planos de ação (Subcomponente 2.3) para as instituições locais parceiras e a (ii) abertura da Conta Vinculada (CV) no município onde se encontra a UC ao invés dela ser feita no

Rio de Janeiro.

7. O Sr. Miguel Scarcello sugeriu incluir na pauta uma discussão sobre (i) a sobreposição entre UC e Terras Indígenas, (ii) gestão compartilhada e (iii) termos de compromisso em UCs de proteção integral.

8. O Sr. Sergio Carvalho esclareceu que como o Programa apoia hoje 52,6 milhões de hectares, havendo uma lacuna de 8 milhões para atingir 60 milhões de hectares, que é a meta total do Programa. O acordo feito com os doadores é apoiar a criação de cerca de 6 milhões de hectares e os restantes 2 milhões poderiam ser acrescentados ao Programa através do apoio a Unidades de Conservação já existentes. Esta meta de 2 milhões de hectares é o objeto do **edital de adesão de UCs ao Arpa – Fase III** que será lançado em 2015.

9. O Sr. Thiago Gil fez a leitura da minuta do **edital de adesão de UCs ao Arpa – Fase III** (anexo a esta ata) e as seguintes alterações foram sugeridas pelo CP: **(1)** Colocar um link para o MOP quando ele for citado no texto; **(2)** Acrescentar ao item 9 a frase (aqui destacada em negrito): “As propostas devem ser apresentadas **pelo órgão executor do SNUC**”; **(3)** Alterar no item 9 a frase “Cronograma físico-financeiro para a execução das atividades” para “**Plano de Consolidação conforme previsto na Fase III do Programa**”; **(4)** Acrescentar ao item 1.9 do Anexo I a frase (destacada em negrito): “Importância da Unidade de Conservação para a contenção do desmatamento, **apresentando dados do PRODES dentro da UC e no entorno**”; **(5)** Incluir no Anexo I o item **1.10 Existência de sobreposição com Terras Indígenas, territórios quilombolas e/ou outros e descrição de eventuais conflitos**; **(6)** Incluir no Anexo I o item **1.11 Integração da gestão da UC com o entorno**; **(7)** Informar detalhadamente no edital o cronograma das etapas de seleção.

10. O Sr. Sergio Carvalho esclareceu que as propostas selecionadas serão **UCs em grau I somente** e que o CP, assessorado pelo PCA, tomará a decisão final sobre quais propostas de criação serão apoiadas, ao passo que o CFT (Comitê do Fundo de Transição do Arpa Fase III) decidirá sobre o volume de recursos disponível para o apoio. Informou ainda que o prazo esperado para a convocação das propostas selecionadas seja agosto de 2015. A partir de setembro de 2015, o planejamento dos POAs das UCs será iniciado, encerrando-se em dezembro de 2015.

11. O Sr. Miguel Scarcello sugeriu que seja implementado um procedimento regular de aferição pela sociedade civil das informações da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC) informadas pelo gestor.

12. O Sr. Sergio Carvalho esclareceu que haverá na fase III do Arpa vistorias regulares em

campo de UCs para esta verificação e um processo de reavaliação e aprimoramento da FAUC.

13. O Sr. Roberto Cavalcanti afirmou que o procedimento de aferição deve ser uma proposta da própria gestão da UC.

14. O Sr. Sergio Carvalho esclareceu que não há salvaguardas na fase III relacionadas à sobreposição entre UCs e Terras Indígenas, mas afirmou que é importante as propostas de adesão de UCs explicitarem se possuem sobreposição e em que patamar.

15. O Sr. Thiago Gil fez a leitura da minuta do **edital de criação de novas UCs na fase II** – Componente 1 (anexo a esta ata), que aportará até R\$ 305 mil para cada proposta vencedora, e as seguintes alterações foram sugeridas pelo CP: **(1) Incluir o item 1.9: “Informações de contexto sobre a UC”**.

16. O Sr. Fabiano Silva sugeriu que as propostas de criação incluam uma análise de contexto, na qual estejam descritas as oportunidades de criação da UC e em que medida as populações locais estão efetivamente envolvidas no esforço de criação.

17. O Sr. Sergio Carvalho esclareceu que o debate vem sendo feito nos últimos anos com os órgãos gestores (OGs) a fim de viabilizar o sucesso dos processos de criação de UCs já apoiados pelo Arpa, incluindo aqueles que sofreram desaceleração em 2014. Também sugeriu que os OGs que já são apoiados em processos de criação sejam informados da abertura no novo edital, mas que a prioridade é analisar a viabilidade de processos já existentes. Também esclareceu que este edital corresponde à fase 2, utilizando portanto recursos já disponíveis para o biênio 2014/2015. Em 2016, novo edital será aberto com recursos da fase 3.

18. O Sr. Francisco Oliveira sugeriu que seja estabelecido um primeiro prazo menor para a apresentação de propostas de criação e o Sr. Sergio Carvalho sugeriu então a data de 30 de abril de 2015.

19. O Sr. Thiago Gil esclareceu que as UCs efetivamente criadas por meio do apoio desta chamada (**edital de criação de novas UCs na fase II**) poderão pleitear o apoio do Programa Arpa para a sua consolidação e manutenção, mediante a apresentação de proposta avaliada pelo Comitê do Programa.

20. O Sr. Sergio Carvalho sugeriu que a UCP elabore um outro edital até abril de 2015 (próxima reunião do CP) para o **apoio a UCs que foram criadas pelo Programa** e que elabore uma **estratégia de apoio a UCs que foram criadas fora do prazo de planejamento bienal das UCs do Arpa** para terem uma alocação emergencial de recurso, para minimamente o Órgão Gestor poder

chegar na área e começar a trabalhar.

21. No período da tarde foi apresentado o status da iniciativa-piloto para Contratos Regionais. O Sr. Thiago Gil lembrou que no Fórum Técnico de setembro o assunto foi retomado, em seguida foi solicitado o detalhamento dos insumos para os gestores e órgãos-gestores. A expectativa é de que até o final do mês todo o detalhamento solicitado pelo Funbio seja finalizado, conforme cronograma disposto na apresentação (**Anexo 2**).

22. O Sr. Sergio Carvalho esclareceu que os contratos regionais (combustível, alimentação, embarcação) serão instrumentos adicionais aos já em operação como as Contas Vinculadas e contratos diretos.

23. Foi levantado a problemática da prestação de contas relacionada a cada Marco Referencial, conforme exigência da Fase III, o que demanda ainda uma análise e aprofundamento tendo em vista o cuidado para não aumentar a burocracia relacionada. Em relação ao contrato de cartão combustível, o Sr. Fábio Leite informou que a intenção é chamar as 3 ou 4 empresas e que até abril este processo já estará encaminhado.

24. O Sr. Fábio Leite informou que todas as auditorias de 2014 feitas no Funbio (financeiras externa e interna) não tiveram ressalvas, mas todas têm recomendações, especialmente do Banco Mundial. Também informou que já foi iniciada a auditoria financeira externa de 2015.

25. O Sr. Sergio Carvalho sugeriu que o Funbio publique em seu *website* uma tabela referencial de honorários de consultoria pessoa física para orientar novas contratações.

26. O Sr. Fábio Leite informou que **R\$ 48.750.822,89** foram executados até hoje na **fase II** do Arpa. No **POA 2014-2015** foram executados **R\$ 12.695.724,67** até hoje, mas a projeção de execução deve ficar entre R\$ 24 e 25 milhões. O ideal seria alcançar R\$ 40 milhões.

27. O Sr. Fabio Leite informou que o Funbio está resolvendo os passivos do POA 2012-2013.

28. A Sra. Rachel Acosta destacou a necessidade de se implementar, no âmbito do Cérebro, relatório gerencial acessível aos usuários que mostre as pendências dos protocolos. O Sr. Sergio Carvalho informou que os relatórios gerais que temos hoje no sistema atendem plenamente ao que seria interessante ver em termos do que está agregado, planejado e o que tem de relatório gerencial em termos do que está previsto, gastos, executado.

29. O Sr. Fabio Leite recomendou as seguintes mudanças para aumentar a execução do Arpa: concentrar esforços em executar ações de elaboração de planos de manejo e apoio à infraestrutura,

pois são investimentos muito altos; focar em contratos e na qualificação de fornecedores; focar em processos centrais e ter uma ação específica para eles; realizar seminários para debater e formular TDRs de Planos de Manejo; planejar eventos de forma realística.

30. O Sr. Fabiano Silva sugeriu que os valores referenciais de consultorias de pessoa jurídica sejam ajustados à realidade de mercado de forma a permitir que instituições com real capacidade de entregar produtos de qualidade se candidatem. Também sugeriu que o Funbio disponibilize aos membros do CP acesso aos relatórios gerenciais do Cérebro.

31. Foram apresentados novos valores propostos para diárias de campo, cidade e capital. A proposta é equiparar os valores de **diárias de campo (R\$ 90) e cidade (R\$ 150)** ao menor valor pago pelo governo federal (**R\$ 177**). O CP **aprovou a mudança** a partir do POA vigente, mantendo-se o número de diárias já calculadas em cada POA e recalculando-se o teto de cada Subprojeto, tarefa que caberá ao Funbio concluir ainda no primeiro trimestre de 2015. O Funbio enviará até o dia 30/1/15 a proposta completa.

32. Foi apresentada a composição atual do PCA e foi colocado em pauta a mudança dos representantes que necessitarem deixar o Painel. Cada membro será informado pela UCP da necessidade da participação mais efetiva do painel ao longo de 2015 e será consultado se pretende continuar ou não. A partir daí, serão pensados novos nomes para o Painel.

33. **Informes e outros assuntos** foram apresentados pela UCP. Sobre a **doação dos bens adquiridos no âmbito do Subcomponente 2.3** para organizações comunitárias parceiras dos planos de ação, o Sr. Fábio Leite informou que será necessário o órgão gestor enviar ao Funbio um ofício informando quais organizações locais com CNPJ e parceiras dos planos de ação serão aquelas para as quais os bens serão doados. A Sra. Nathália Dreyer informou também que é importante o Funbio saber a natureza jurídica de quem vai receber.

34. Sobre a **abertura de CV nos municípios** onde se encontram as unidades de lotação dos gestores, o Funbio explicou que a abertura no Rio de Janeiro facilita a operação do sistema e que há riscos em isso ser feito em outros municípios na Amazônia. O Funbio irá fazer uma consulta interna para saber como é possível resolver esta questão, tendo em vista a informação dada pela Sra. Raquel Acosta de que em muitos municípios não são aceitos cheques emitidos no Rio de Janeiro, o que impossibilita o gestor de operar a CV. O ICMBio fará uma consulta interna para mapear quais gestores estão com este problema.

35. Sobre o tema **gestão integrada (componente 2.2 do Arpa)**, foi apresentado que por solicitação do ICMBio este tema foi retomado e já há uma proposta de gestão integrada nas UCs

sob influência da BR-163 pelo ICMBio que será somada à proposta do Baixo Rio Negro, cuja articulação também está a cargo do ICMBio. Até abril de 2015, o ICMBio atualizará o CP sobre o status destas iniciativas.

36. Sobre os temas **gestão compartilhada** e **termos de compromisso** em UCs de proteção integral, o Sr. Miguel Scarcello afirmou que estas ações, previstas na lei do SNUC, são fundamentais para garantir, respectivamente, a gestão territorial efetiva e a segurança das comunidades que são usuárias ou beneficiárias das UCs. Afirmou que é necessário formar arranjos institucionais no âmbito do Arpa que possam realizar ações de gestão compartilhada e atrair novos parceiros que possam contribuir neste processo, como prefeituras e organizações não governamentais.

37. O Sr. Sergio Carvalho afirmou que para que a gestão compartilhada de UCs se torne realidade é necessário que as agendas relacionadas a UCs sejam priorizadas e fortalecidas no âmbito de todas as esferas de governo e sociedade civil, incluindo o setor privado, especialmente no diálogo com as secretarias estaduais de planejamento e o Ministério do Planejamento, uma vez que o volume de recursos financeiros e humanos é o fator limitante mais crítico. Afirmou ainda que o tema gestão compartilhada será debatido e inserido no novo planejamento do Departamento de Áreas Protegidas do MMA em 2015 e que recursos específicos serão direcionados para esta iniciativa.

38. O Sr. Sergio Carvalho afirmou que o Programa Arpa apoia a elaboração de termos de compromisso em UCs em grau II. A Sra. Lilian Hangae informou que há atualmente um questionamento jurídico sobre termos de compromisso já assinados no âmbito do ICMBio, uma vez que deverá ser comprovado através de um levantamento fundiário se as famílias beneficiárias já habitavam o território da UC antes da sua elaboração.

39. Sobre o tema sobreposição entre UCs e Terras Indígenas, a Sra. Lilian Hangae informou que foram mapeadas UCs onde é possível fazer uma gestão integrada com TIs (como no Parque Nacional do Monte Roraima), onde não há conflito jurídico nem discordâncias entre ICMBio e Funai. Informou que o ICMBio poderá dar informações mais detalhadas ao CP sobre este mapeamento.

40. O Sr. Fábio Leite informou que Ilana Boetger assumirá a gerência do Arpa no Funbio durante os próximos 6 meses. Após este período, retorna Danielle Calandino.

41. O Sr. Francisco Gaetani destacou que o MMA tem priorizado (1) tratar a questão de regularização fundiária em UCs, (2) a destinação de 5.600.000 hectares de terras públicas oriundas

do Programa Terra Legal e (3) gerar capacidade interna para alavancar o levantamento de recursos (fundraising) para o SNUC. Solicitou ao CP contribuições sobre estes temas nas próximas reuniões.

Deliberações e encaminhamentos

42. O CP aprovou o valor de **R\$ 177 para diárias de campo (R\$ 90) e cidade (R\$ 150)** a partir do POA vigente. Será mantido o número de diárias já calculadas em cada POA e recalculado o teto de cada Subprojeto, tarefa que caberá ao Funbio concluir ainda no **primeiro trimestre de 2015**. O Funbio enviará até o dia 30/1/15 a proposta completa.

43. A UCP enviará ao CP (**até 30/1/2015**) relatório sobre quais UCs estão com elaboração de Planos de Manejo a serem contratados / executados e quais ainda tem infraestrutura na mesma situação.

44. Cada membro do PCA será informado pela UCP (**até 30/1/2015**) da necessidade da participação mais efetiva do painel ao longo de 2015 e será consultado se pretende continuar ou não. A partir daí, serão pensados novos nomes para o Painel.

45. O Funbio irá fazer uma consulta interna sobre a **abertura de CV nos municípios** onde se encontram as unidades de lotação dos gestores. O ICMBio fará uma consulta interna para mapear quais gestores estão com este problema. O prazo para ambas as ações é **30/1/2015**.

46. Até **abril de 2015**, o ICMBio atualizará o CP sobre o status das iniciativas em estudo sobre a gestão integrada na BR 163 e Baixo Rio Negro.

47. O CP aprovou esta ata, concluindo a reunião.

Brasília, 22 de janeiro de 2015.

Membros do Comitê do Programa:

Sergio Carvalho
DAP/SBF/MMA

Patrícia Castilho
ABEMA- MT

Fabiano Lopez
FVA

Patrícia Castilho
ABEMA- MT

Rachel Acosta
Comissão de Gestores

Marialva Araújo
ABEMA- RR

Francisco Oliveira
DPCD/MMA

Lilian Hangae
ICMBio

Anexo 1 – Lista de presença

Anexo 2 – Apresentação disponibilizada na reunião